

# **A MOEDA COMO MERCADORIA OU RELAÇÃO SOCIAL: PERSPECTIVAS ANTROPOLÓGICAS SOBRE A ORIGEM DO DINHEIRO**

*Álvaro Schwartz Micheletti*

*[alvlapa@gmail.com](mailto:alvlapa@gmail.com)*

## **Resumo**

Este artigo parte de duas narrativas distintas acerca da natureza e origem da moeda: a tradição traçada ao redor da obra de Carl Menger, adotada largamente pela ortodoxia econômica, e sua crítica, na forma da interpretação desenvolvida pelo antropólogo David Graeber em sua obra *Dívida*. Após expor os pontos centrais de cada tese, este artigo pretende estabelecer suas divergências essenciais.

## **Introdução**

A moeda é um objeto essencial de toda economia capitalista. Assumindo a função de equivalente geral, ela é capaz de ser trocada por qualquer outra mercadoria do sistema, garantindo a coesão e a continuidade dos processos produtivos de uma sociedade.

Tal função, no entanto, está inevitavelmente ligada à confiança geral dos indivíduos na aceitabilidade da própria moeda. A moeda como equivalente geral só pode se instituir uma vez que haja uma boa certeza por partes dos agentes envolvidos em uma certa sociedade de que aquele objeto será aceito pelos outros agentes da sociedade em troca de quaisquer bens ou serviços que ele venha a precisar. Trata-se de um elaborado mecanismo de organização social, trazendo em sua base as expectativas de reciprocidade cultivadas na sociedade que constituem a interface entre o indivíduo e seu reconhecimento na estrutura.

Refletir acerca das origens dessa instituição, portanto, é da maior relevância para as Ciências Sociais e, particularmente, para a Economia. Como demonstrarei no decorrer desse artigo a partir de duas narrativas distintas, a leitura feita acerca da natureza da moeda tanto implica em quanto decorre de distintas formas de se entender a organização da sociedade e as características do indivíduo.

Na construção do economista austríaco Carl Menger, a moeda será mostrada como uma sedimentação do comportamento espontâneo dos indivíduos num contexto de mercado em que inicialmente reina o escambo, enfatizando sua natureza de uma *mercadoria* com características

intrínsecas que propiciam sua adoção pelos indivíduos como um mecanismo de redução dos custos de transação.

A leitura do antropólogo David Graeber parte de pressupostos distintos, conjurando uma série de evidências históricas e antropológicas que apontam no sentido da troca de mercadorias por um equivalente geral não ser universal, de forma que um comportamento rumo à padronização generalizada das relações de troca sob uma forma quantitativa não poderia ser esperado como resultado espontâneo e com ampla disseminação geográfica. Sua tese irá no sentido de entender a moeda como uma transformação das *relações* de dívida internas de uma sociedade, tornadas padronizadas e quantificadas em contextos históricos específicos e frequentemente ligadas à intervenção violenta do Estado.

Este trabalho consistirá em três partes. Primeiramente descreverei em maior detalhe as teses construídas acerca de como surgiu e no que consiste a moeda desenvolvidas por Carl Menger em seu artigo de 1892 *On the origins of money* e por David Graeber em sua obra de 2011 *Dívida: os primeiros 5.000 anos*, para depois passar à seção final em que compararei ambas construções com o intuito de apontar suas divergências essenciais e o que revelam acerca das preocupações dos autores.

### **A moeda como mercadoria**

Começo a análise, portanto, a partir da tese do economista Carl Menger. Em seu artigo de 1892, o autor expõem uma sistematização de sua teoria da moeda com gênese independente da ação coletiva ou institucional, como um fenômeno emergente do comportamento auto-interessado de indivíduos racionais em sua ação dentro do mercado.

É importante notar que parte-se de uma hipotética economia primitiva, na qual domina o escambo (trocas isoladas de alguns bens por outros) mas ainda não houve o desenvolvimento da moeda. Nesse contexto de mercado, temos que os indivíduos dependem da troca para obter bens que eles próprios não produzem, tendo como objetivo central obtê-los às melhores proporções possíveis a partir das mercadorias que têm à mão.

Em um primeiro movimento, Menger enfatiza a importância do conceito de “facilidade de venda” de uma mercadoria, consistindo na probabilidade de se obter um preço economicamente favorável por um dado objeto no tempo e no espaço (um embrião do conceito de liquidez).

Na ausência de moeda, as diferentes “facilidades de venda” manifestariam-se na forma de diversos problemas. Uma questão central é a da “dupla coincidência de desejos”, que consiste na

dificuldade de se encontrar alguém que esteja disposto a se desfazer justamente do que se necessita e também esteja disposto a receber em troca exatamente aquilo que calhou de se ter disponível para oferecer, tudo isso a preços de mercado, uma vez que a proporções suficientemente altas ou baixas qualquer transação seria aceitável. Quando um indivíduo estivesse portando uma mercadoria de menor “facilidade de venda”, portanto, teria que se resignar a esperar um longo período de tempo até encontrar um parceiro disposto a oferecer-lhe o que deseja numa proporção aceitável ou a oferecer seu produto a preços muito inferiores aos correntes.

Ora, para satisfazer suas necessidades no mercado a despeito de tais problemas, é natural que os indivíduos progressivamente tendessem a adotar a prática de trocar suas mercadorias por aquelas que apresentem uma maior facilidade de venda. Dessa forma, esses agentes estariam maximizando suas chances de trocar seus bens por aqueles que desejam no momento que precisarem, já que estariam concentrando sua riqueza na forma mais vendável possível.

Dessa forma, a ação individual auto-interessada e sua sedimentação por meio da tradição consagrariam uma dada mercadoria como moeda, tornando-a meio de troca aceito por todos devido às suas características intrínsecas desejáveis (Menger cita várias, como a demanda pela mercadoria, a riqueza de seus demandantes, seus custos de transporte, entre outros). Seu uso recorrente também tenderia a aumentar progressivamente sua aceitabilidade e a tornar conveniente o uso de tal padrão como unidade de conta para a equivalência dos bens no mercado, já que todos os indivíduos buscariam trocar seus bens por essa mercadoria específica.

A moeda seria, portanto, nada mais que uma mercadoria cujas características garantem grande conveniência para a função de equivalente geral de valor no contexto dos mercados.

A partir das necessidades práticas decorrentes do que é entendido como a tendência natural de satisfação das necessidades humanas pela troca surgiria um objeto capaz de incorporar a função de equivalente geral mediador do processo.

Nessa visão, a influência de elementos sociais ou do Estado para além da maximização individual fica reduzida a uma relevância incidental, de forma que a cunhagem de metais preciosos em moedas e a sua transformação em moeda legal, de acordo com Menger, nada mais acarreta do que um “aumento material de sua já elevada ‘facilidade de venda’ intrínseca”.

A própria moeda torna-se um objeto neutro. Sendo mediadora de processos sociais espontâneos, ela nada mais geraria do que uma facilitação do que já aconteceria naturalmente, aumentando as possibilidades de troca sem influenciar substancialmente o processo.

Essa linha de pensamento pode ser observada claramente nesse manual de economia de 1948, escrito por Paul Samuelson, autor seminal da tradição ortodoxa: “even in the most advanced industrial economies, if we strip exchange down to its barest essentials and peel off the obscuring layer of money, we find that trade between individuals and nations largely boils down to barter.”.

### **A moeda como relação social**

A crítica a essa visão se constrói, a princípio, a partir de uma divergência histórica factual, partindo daí para elaborar uma abordagem lógica distinta para pensar o fenômeno monetário. Enquanto a reflexão da ortodoxia econômica lança suas raízes históricas em uma conveniente economia primitiva abstrata, sua crítica parte das evidências históricas acerca da origem concreta da moeda no contexto dos primeiros impérios na região mesopotâmica, bem como de inúmeros relatos antropológicos sobre o comportamento de povos em economias não-monetárias reais. Passaremos por uma breve síntese dessas evidências para então proceder rumo ao que elas contribuem para a construção de um forma de pensar a moeda alternativa à da ortodoxia econômica.

A crítica mais elementar à abstração das economias centradas no escambo está, como coloca Graeber na Dívida, no fato de que essas economias simplesmente não existem ou existiram.

Ao contrário de uma sociedade de pequenos produtores trocando diretamente suas mercadorias entre si, o que se encontra amplamente nesse tipo de sociedade dita primitiva são laços de dívida, nos quais os objetos produzidos pelos diferentes membros da comunidade são trocados entre eles na forma de presentes aparentemente desinteressados, alicerçados pela certeza de retribuição e reciprocidade trazida pelo convívio cotidiano e o compartilhamento de valores. Não faria sentido, portanto, pensar as trocas desses contextos a partir de uma ontologia baseada em indivíduos racionais maximizadores e independentes, já que a reprodução social é inextricável de tais laços de confiança e identificação no corpo social. Ocorrendo as trocas dentro de uma malha social de favores trocados em todas as direções, nas mais diversas formas e deslocados temporalmente, é muito difícil imaginar que esse tipo de sistema produza relações quantitativas específicas entre mercadorias ou ações, base essencial para o surgimento da moeda como equivalente geral.

Toda a reprodução social está baseada em relações de dívida e crédito, limitadas espacialmente e com uma tal identificação cultural que não tende a demandar a emergência de um sistema padronizado.

Dessa forma, surge a questão de como se deu a transformação de tais relações de obrigatoriedade em uma questão quantitativa, esta por definição capaz de gerar a abstração generalista necessária à produção e circulação de mercadorias.

Aqui entram mais evidências históricas. Uma primeira aproximação interessante à formação histórica de uma generalidade quantitativa em relação às dívidas, levando à transformação de sua natureza difusa, está nos códigos relativos às indenizações devidas por lesões corporais, presentes em diversas sociedades “bárbaras” existentes durante o Império Romano e após sua queda. Estes apresentavam marcada especificidade, uma vez que constituem uma questão que gera um estado de exceção em relação à harmonia social de reciprocidade e partem de uma generalidade comum do corpo humano, valorizado por todo indivíduo de forma razoavelmente semelhante.

Os indícios mais relevantes, no entanto, surgem das práticas contábeis das primeiras civilizações mesopotâmicas, de onde temos os primeiros registros pormenorizados das práticas cotidianas de grandes instituições burocráticas.

Nos complexos de templos e palácios presentes nessa região, o que se observava eram milhares de pessoas envolvidas na produção de alimento e manufaturas, demandando alguma forma de contabilidade de sua produção e consumo de alimentos.

Num esforço de padronização visando organizar o fluxo dos mais diversos recursos que passavam por ali, de tecidos e cereais do dia a dia a pedras e metais preciosos utilizados pela elite administrativa e religiosa, tais burocracias desenvolveram padrões de medida comparáveis.

Ao denominar, adotando como ilustração o exemplo babilônio, 1 shekel (medida de peso) de prata como a unidade padrão de contabilidade e estabelecer sua equivalência de valor com outros artigos, tornou-se possível contabilizar de forma única e padronizada o fluxo de recursos em toda a estrutura. Trata-se, essencialmente, de uma organização de um aspecto da ordem social sob uma égide única.

Dessa forma, as relações cotidianas baseadas em crédito passaram a gradualmente ter uma unidade de conta padronizada, uma vez que uma quantidade relevante das transações envolvia de alguma forma essas estruturas palacianas.

Embora Graeber ressalte a natureza não-estatal dessas primeiras organizações, que não cobravam tributos ou mantinham o monopólio do uso da força, essa linha de argumentação se assemelha muito à adotada pela teoria estatal do dinheiro, inicialmente desenvolvida pelo alemão Georg Friedrich Knapp e também citada no livro *Dívida*.

A partir da imposição de tributos a serem recebidos em uma dada unidade de conta padronizada, observa-se uma maneira ainda mais efetiva pela qual as relações de obrigação que constituem uma sociedade se quantificam ao redor de uma dada organização

É muito interessante observar a forma pela qual um padrão como esse, uma vez instituído, passa a invadir diferentes esferas sociais. Toda uma parte da produção, devida em tributos, passa a ser pensada a partir de tais medidas de valor, constituindo a medida de valor, como é costume chamar na teoria econômica. O Estado, na medida em que é visto pelos indivíduos como capaz de eficientemente recolher seus impostos, ganha o poder de se financiar a partir de repasses da dívida de outros para consigo, aceitos como valiosos até os limites da autoridade desse império, efetivamente criando moeda.

A partir da esquematização de dívidas sob um sistema quantitativo único, na verdade, obtém-se de um só movimento a transformação lógica de valor abstrato necessária à produção de mercadorias e a absorção de uma quantidade crescente de aspectos da vida social sob esse esquema de valor, na medida em que o Estado aumentar sua participação na sociedade e expandir seus domínios.

Esses movimentos deixam claro qual é a natureza da moeda que surge quando pensamos sua gênese lógico-histórica dessa maneira: trata-se de uma forma comum adotada por uma dada comunidade de como pensar suas relações, uma esquematização de quanto cada um deve a quem unificada e tornada quantitativa, fenômeno que se torna ainda mais poderoso quando associado à natureza necessariamente homogeneizante e violenta do Estado. Nessa visão a moeda seria, portanto, a manifestação de uma relação social.

### **Divergências essenciais**

Feitos esses apontamentos, cabe confrontar as duas visões aqui colocadas. À visão exposta acima que entende a moeda essencialmente como uma unidade de conta para relações sociais, uma linguagem comum estabelecida em uma certa comunidade, contrapõem-se a narrativa anterior de Carl Menger, que coloca a moeda como uma *coisa* com características específicas que suscitem uma dada relação dos indivíduos consigo.

O artigo de Keith Hart acerca do tema é muito elucidativo acerca da forma pela qual essas duas visões representam formas diferentes de enxergar o mesmo fenômeno. Nas palavras do autor:

“Money has two sides, symbolised as heads and tails. It is the product of social organisation both from the top down ('states') and from the bottom up ('markets'). It is thus both a token of authority and a commodity with a price.”

Se por um lado a moeda obviamente é tanto fruto quanto reprodutora de relações sociais materializadas em seus termos, ela também só tem esse poder pelo fato de, quando ingressante em relação com indivíduos na prática, ter a característica concreta de ser aceita pelos outros quando preciso em troca das mercadorias que desejam. Dessa forma, ela é necessariamente ambas coisas. Esse ponto fica particularmente claro quando se observa a circulação de moedas cunhadas de metais preciosos do Império Romano. Tais moedas costumavam ter um valor de face ligeiramente superior ao dos metais de que eram constituídas, circulando pelo valor denominado nas regiões dominadas pela autoridade que as produziu e tendendo ao mero valor do metal à medida que se distanciavam de sua origem.

Ao desenvolver sua narrativa acerca da origem moeda, o Menger traz como pressuposto o interesse dos indivíduos em garantir a satisfação de suas necessidades materiais por meio das relações de mercado. Na medida em que essas relações não são colocadas em questão, a aceitabilidade e consolidação da moeda socialmente aparece como fruto de suas características intrínsecas como mercadoria, tirando o foco das relações que geram essas reações da sociedade a tal objeto.

Partindo-se do pressuposto de que a coesão social e a reciprocidade se constroem a partir das trocas pontuais de uma mercadoria por outra e que a moeda emerge como consequência dessas próprias relações, é natural que ela seja neutra no que diz respeito ao seu impacto nesse mesmo sistema.

Um aspecto central da tese construída na obra de David Graeber está no fato de ali a monetização das relações consistir em uma transformação substancial de sua natureza.

Ao questionar a prevalência universal no tempo e no espaço do escambo nas economias não-monetárias, o antropólogo está colocando a forma pela qual essa forma específica de relação é historicamente dada e exige uma série de circunstâncias específicas para surgir. Em outras palavras, o surgimento da moeda como tal ocorreu por meio da lenta transformação de sociedades nas quais a reprodução social é inextricável das redes de identidade e cada objeto é, em última instância, único e incomparável em um sistema padronizado capaz de comparar todas as coisas, geralmente construído a partir da imposição violenta.

Trata-se essencialmente de uma questão de interesses distintos: enquanto o economista busca prever os comportamentos humanos dentro de um contexto de mercado, pressupondo um indivíduo independente e maximizador, o antropólogo se interessa pelas diferentes relações e sistemas sociais que podem estar envolvidos em um sistema de troca de bens. Daí entendemos a diferença no foco analítico, com um autor ponderando a adequação de diferentes mercadorias à função de equivalente universal demandada pelo comportamento humano e outro analisando a origem lógica e histórica do sistema de relações que gerou tal necessidade de um equivalente universal.

## **Referências**

GRAEBER, David. **Debt**: The first 5000 years. Londres: Melville, 2011.

GRAEBER, David. **Toward an Anthropological Theory of Value**: the false coin of our own dreams. Nova York: Palgrave, 2001.

GRAEBER, David. **On the invention of money**: notes on sex, adventure, monomaniacal sociopathy, and the true function of economics. Nova York, 13 set. 2011. Disponível em: [bit.ly/1SbCa2i](http://bit.ly/1SbCa2i). Acesso em: 06 fev. 2017

HART, Keith. Heads or Tails? Two sides of the coin. **Man**, Londres, v. 4, n. 21, p.637-656, dez. 1986.

INGHAM, Geoffrey. Babylonian madness: on the historical and sociological origins of money. In: SMITHIN, John (Ed.). **What is money?** Nova York: Routledge, 2000. Cap. 2. p. 16-41.

KNAPP, Georg Friedrich. **The State Theory of Money**. Londres: MacMillan, 1924

MENGER, Carl. **On the Origins of Money**. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 2009.

SAMUELSON, Paul. **Economics**. Nova York: Mcgraw Hill, 1948.